

UM PEQUENO PASSEIO EM ALGUMAS MEMÓRIAS DE UM PEQUENO VILAREJO: COMUNIDADES PESQUEIRAS DA ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira (UENF, PESCARTE,
PETROBRÁS e IBAMA)

sulamitaribeiro16@gmail.com

Manuela Chagas Manhães (UNESA, UENF, PETROBRÁS e IBAMA)

manuelacmanhaes@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo projeto de educação ambiental (PEA) PESCARTE que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA. Diante disso, em nossas pesquisas objetivamos compreender a relevância do processo de socialização para a construção da realidade social e da identidade cultural mediadas pela memória social e coletiva. Partimos do fato que tais memórias trazem particularidades que são constituídas por valores, rituais, condutas, trabalho e tradições, ou seja, por meio da oralidade, encontramos um processo de rememoração, fundamental para a construção das memórias, seus saberes e fazeres. Argumentaremos, portanto, que a vida cotidiana vivenciada e comungada pelos membros do grupo é apreendida. Em outras palavras, o modo de vida é passado de geração para geração e ganha sentido e representatividade ao ser compartilhado e compactuado pelos membros da comunidade, tornando-se peça-chave para o reconhecimento social tanto na dimensão comunitária quanto na dimensão societária, assim como do fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Palavras-chave:

Historicidade. *Habitus*. Comunidades tradicionais.

ABSTRACT

This article is the result of research financed by the PESCARTE environmental education project (PEA), which is a mitigation measure required by the federal environmental licensing, conducted by IBAMA. Therefore, in our research we aim to understand the relevance of the socialization process for the construction of social reality and cultural identity mediated by social and collective memory. We start from the fact that such memories bring particularities that are constituted by values, rituals, behaviors, work and traditions, that is, through orality, we find a process of remembrance, essential for the construction of memories, their knowledge and practices. We will therefore argue that the everyday life experienced and shared by the members of the group is apprehended. In other words, the way of life is passed on from generation to generation and gains meaning and representation when shared and shared by community members, becoming a key element for social recognition both in the community dimension and in the dimension corporate, as well as strengthening the sense of belonging.

Keywords:
Historicity. Habitus. Traditional communities.

1. Introdução

Foi entre 1580 e 1615 que inúmeros navios franceses, holandeses e ingleses, apesar do bloqueio que era imposto pelos portugueses no Rio de Janeiro, encaminharam-se ao porto de Cabo Frio, outros seguiram por Búzios. Após conflitos sociedade e traição e expulsão entre o governador da Capitania do Rio de Janeiro e os traficantes em 1615 o governador recebeu ordem real da Espanha para voltar à região e fundar uma cidade, construir uma fortaleza e estabelecer duas aldeias indígenas, aliadas em pontos estratégico, um deles na Ponta dos Búzios.

Após o cumprimento das ordens do coroa espanhola o capitão-mor de Cabo Frio, entre 1616 e 1623, reservou as areias da restinga para fundar o assentamento da cidade e doou a maior parte das terras, que eram terras férteis para a agricultura e propícia à pecuária, as corporações religiosas do Rio de Janeiro. Como forma de exemplificação, citamos a cidade, hoje, denominada São Pedro da Aldeia. A fundação da Aldeia de São Pedro, entre 1617 e 1630, foi um marco desse período. Ela foi constituída por índios tupiniquim sob a direção dos padres jesuítas, e subsequentemente à inauguração do Forte São Matheus na barra de Araruama e à instauração dos vigias, da Ponta dos Búzios ao Cabo de São Tomé, permitiu que os portugueses suprimissem os desembarques inimigos e impossibilitassem sua dominação. Segundo Werneck (1997), a instituição da Aldeia de São Pedro atraiu os descendentes de ex-escravos fugitivos tupinambá, que viviam em malocas próximo ao rio Macaé, e, possibilitou a derrota dos índios goitacá, a conquista a região Norte Fluminense e o abrigo dos grupos sobreviventes.

Desse modo, nossa pesquisa se inicia pela historicidade de Armação de Búzios, trazendo a tona, questões étnico raciais, desigualdades sociais e problemáticas que podemos perceber na realidade social das comunidades tradicionais.

Assim, quando entendemos a construção sócio-cultural atrelada aos fatos históricos, evidenciamos os processos sociais, a constituição da memória social e coletiva e questões co-relacionadas ao sentimento de pertencimento e identidades sócio-culturais.

2. *Desenvolvimento*

2.1. *Historicidade e os processos sociais em Armação dos Búzios*

Armação dos Búzios é um município no Rio de Janeiro, localizado na baixada litorânea fluminense. É um município conhecido pela beleza de suas inúmeras praias, sua orla e rua das pedras que atraem os olhares turísticos para vida diurna e noturna. Mas apesar de toda sua atração turística, O município tem sua parte histórica ocultada, não só para aqueles que a visitam, mas para uma grande parte da população que a habita, o que acarreta numa perda de identidade cultural para essa comunidade.

Segundo Werneck (1997), a cidade tem registros arqueológicos, que datam seu processo de ocupação por nômades entre 2.500 e 1.500 anos atrás, que formavam acampamentos temporários nos trechos costeiros à procura de formas de subsistência, que era baseada na coleta de moluscos, pesca e caça. Nas escavações no “sambaqui” de Geribá, foram encontrados vestígios de carvão no solo e alguns enterramentos ritualístico levando a constatar indício de crença pós-vida pelo grupo.

Werneck (1997) afirma que, a partir de 1660, a Câmara Municipal de Cabo Frio promoveu a compra de muitos escravos africanos logo após a liberação do comércio do sal natural, retirado da lagoa de Araruama, e incentivou o arrendamento temporário de inúmeras praias da região; uma parte desse arrendamento incluía a Ponta dos Búzios, como Geribá e Marimbondo (atual Ossos).

Neste período pré-independência, Werneck (1997) evidencia que no porto da Armação foram fundadas a fábrica para a queima da gordura de baleia, a casa-grande para os administradores, a senzala para os escravos, e a capela de Santana, única fundação ainda existente. A armação de baleias funcionou entre 1728 e 1768.

Pouco tempo depois da Independência do Brasil, ainda na fase imperial, conjectura-se, segundo Werneck (1997), que famílias pobres de homens livres sem-terra passaram a ocupar e tomar posse irregular de pequenos espaços de terra próximo a antiga instalação baleeira, buscando formas de subsistência e sobrevivência econômica em razão da incerteza sobre a propriedade na região da Ponta dos Búzios.

A partir da primeira metade do século XIX, o acervo descreve a frequente presença de quilombos nas áreas interiores de Armação dos Búzios e em outros “sertões” de Cabo Frio, em lugares que apresentavam uma maior cobertura vegetal e/ou ocorrências de pantanais e brejais. Entre 1845 e 1850, as praias Rasa e José Gonçalves foram usadas como ponto de desembarque clandestino do tráfico negreiro africano, depois que o governo imperial adotou uma política mais severa de combate ao tráfico de africanos. Segundo os detalhes narrados por Werneck (1997), as autoridades de Cabo Frio só buscavam desembarques clandestinos quando acontecia em praias próxima à sede do município, e a repressão eficaz e ilegal ficou por conta dos navios de guerra ingleses, sob ordens aos interesses econômicos britânicos, que aprisionavam veleiros portugueses e brasileiros que estavam próximo ao litoral da região.

As propriedades cafeiras, localizadas no entorno da lagoa de Araruama, entraram em decadência a partir da segunda metade do século XIX, devido ao esgotamento do solo, por não ser uma terra propícia para o cultivo de café, as pragas na lavoura, a proibição do tráfico negreiro, o desinteresse dos fazendeiros pelo trabalho livre de colonos europeus e pelo deslocamento da produtora. A decadência somatizou o fato da não compensação da lucratividade cessante pelo contrabando de pau-brasil, devido à descoberta europeia da anilina sintética¹, e ao aparecimento sucessivo de epidemias de varíola, cólera e febre amarela na qual tiveram efeitos devastadores nas propriedades rurais e mesmo nos núcleos urbanos até a segunda década do século XX.

Além disso, podemos compreender, nesse percurso de formação da região buziana, a grave questão sanitária que se encontrava a região, somado as caçadas humanas realizadas pelos recrutadores profissionais de “Voluntários da Pátria” durante a Guerra do Paraguai, que obrigou a comunidade pesqueira da Ponta dos Búzios a esconder seus filhos. Werneck (1997) disserta sobre os padrões socioeconômicos tradicionais rompidos a partir da vigência das leis “ventre livre” e “sexagenários” que sepultou de uma vez por toda as atividades agrícolas remanescente, isso seguida pela assinatura da “Lei Áurea”, que motivou os escravos fugitivos e ex-escravos a ocuparem a região das praias da Rasa e José Gonçalves.

¹ A anilina sintética era um composto orgânico utilizado pelos europeus para o tingimento de tecido, com custo-benefício melhor que o pau-brasil.

O fim do século XIX marcou mudanças sociais e estruturais na região de Armação dos Búzios, impactos sociais que marcaram o século e que deixam vestígios até os dias atuais, conflitos de terra, invasão, especulação imobiliária, que aos poucos difundiram a cultura e invisibilizaram a comunidade pesqueira mais afastada e sua real história de luta de terra.

Nessa contextualização histórica, feita por Weneck (1997), é evidenciado que no porto da Armação foi fundada a fábrica com fornalhas para queima da gordura de baleia e tanques de armazenamento para o óleo. Outras construções também foram feitas como a casa-grande para os administradores, a senzala para os escravos, e a capela de Santana, única fundação ainda existente. A Armação de Baleias dos Búzios funcionou entre 1728 e 1768; houve algumas tentativas de reativação no início do século XIX, sem sucesso. Entretanto, a queda do lucro, que as fábricas traziam, se contrabalanceou com o contrabando de pau-brasil e extração de ouro, que eram depositadas em embarcações norte-americanas, essas embarcações eram navios-fábricas de pesca e de processamento industrial de baleias. Essas fábricas e navios-fábricas quase levaram os cetáceos à extinção na costa brasileira.

Informações advindas do acervo, na qual obtiveram acesso a um mapa da Capitania do Rio de Janeiro elaborado no final do século XVIII, foi visível que, diferente de Cabo Frio-Baía, Formosa, que apresentava pequenas clareiras em parte de florestas abertas por algumas pequenas fazendas, possivelmente dedicadas à extração de madeira e à agricultura de subsistência, a Ponta dos Búzios era deserta e com uma cobertura vegetal quase toda intacta. Documento de autoria anônima da mesma época revela que o governo colonial continuava apreensivo com o possível desembarque inimigo e o tráfico de pau-brasil na região, e por esta razão ampliou a força militar nas proximidades da praia de João Fernandes para desestimular potenciais tentativas de invasão estrangeira.

A transmutação social da região se deu com chegada de ambulantes, de nacionalidade italiana, turca e portugueses, que se casaram com as filhas dos pescadores e donos das fazendolas, formaram suas famílias e abriram vendas na Armação, Manguinhos e Saco Fora, atual São José na qual era sede do 3º distrito. Também era comercializado com negociantes o peixe salgado, advindos da Armação e banana que advinham de plantações na Rasa e Saco Fora, onde por meio de tropas de burros transportavam para Cabo Frio.

A vida da comunidade era árdua; a água, a qual eles tinham acesso, era proveniente de poços e brejos locais, pois além de usar para beber a água era utilizada para fazer comida, lavar roupa, tomar banho (Werneck, 1997). Em áreas mais distantes do centro da cidade como em José Gonçalves, Baía Formosa e Saco Fora, a comida também era um pouco difícil no meio rural, a plantação continha pouca variedade alimentar, se limitava a plantação de mandioca, feijão, milho, batata doce e algumas frutas como mamão, melancia e banana, o tempo de colheita era demorado e o trabalho em outra cidade para adquirir alimentos da venda também era difícil, as proteínas mais utilizadas eram os frutos do mar como peixe, marisco, tatuí, também as carnes e ovos das criações doméstica de galinhas e porcos, seguida por lesmas encontradas na mata e algumas aves que eram obtidas através da caça.

A iluminação noturna nas casas era feita através de lamparinas de querosene ou óleo de mamona e fazia-se sempre necessário a lenha para era o preparo diário das refeições. As casas tinham baixa estrutura e eram feita de pau-a-pique, cobertas por telhas coloniais; a maioria delas eram localizadas em terrenos amplos com plantações de árvores frutíferas e algumas plantas medicinais. Apesar da dificuldade que a comunidade enfrentava no dia a dia, a distração por meio da diversão comunitária existia, esporadicamente as bandas vinham de Cabo Frio para celebrar a tradicional festa de Santana. Outras festas celebradas anualmente eram a festa de reis e de São João.

Em 1927, o neto do proprietário da fazenda Campos Novos tornou-se o primeiro dono de casa de veraneio na praia da Armação e assim é considerado o turista inicial de Búzios (WERNECK, 1997). Em 1951 atraído pela natureza e águas férteis da região, que no mesmo ano iniciou sua atividade turística, o presidente da empresa aérea Cruzeiro do Sul construiu uma casa de veraneio na praia de Manguinhos e ao longo do tempo se envolveu com a comunidade e reconstruiu a estrada Rasa-Armação, o grupo escolar de Manguinhos e patrocinou as obras da igreja de Santa Rita de Cássia e do cais de proteção à colina da igreja de Santana. Depois de muitas transformações e contribuições do benfeitor, ele foi nomeado administrador honorário do 3º distrito e seu entusiasmo atraiu turistas para a região. Seu nome deu origem a principal e famosa avenida da cidade de Armação dos Búzios, Av. José Bento Ribeiro Dantas.

Com a chegada da famosa atriz francesa Brigitte Bardot em 1964 na pequena vila de pescadores a cidade passou a tomar um destaque maior não só nacionalmente como internacionalmente. E posterior a esse

fato os proprietários de grande extensão de terra da cidade passaram a lotear de forma extensiva suas terras para a construção de casas de veraneio, sem ter consciência da preservação do patrimônio natural e cultural, que ao longo do tempo tomaram conta de toda costa, tomando conta de parte da areia da praia e encobrindo a vista, tornando as praias quase uma propriedade privada. Na mesma década, alguns indícios de invasões aconteciam em locais mais afastados do centro da cidade, José Gonçalves e Baía Formosa começam a compor o início de uma dura história de luta de terra e grandes perdas.

Entre 1975 e 1988, a comunidade pesqueira de José Gonçalves e Baía Formosa enfrentou uma série de ataques as suas terras e plantações do latifundiário e grileiro Henrique da Cunha Bueno. A invasão se deu a partir da grilagem de uma grande extensão territorial de envolvia os bairros de Baía Formosa, Rasa e José Gonçalves, para a conquista do território o latifundiário destruiu as plantações em ponto de colheita daquela comunidade que as tinham como principal fonte de subsistência, outras formas de tomada foram ameaças de morte, invasão forçada com máquinas e expulsão de famílias por coerção. Mesmo com muito esforço e persistência do povo que vivia naquele local, Henrique da Cunha Bueno conseguiu tomar uma grande parte da área pertencentes a eles que para evitar o avanço da invasão passou a vender grandes lotes por preços baixos e doar lotes para os filhos e conhecidos a fim de aumentar a população e a resistência. Hoje as extensões de terra invadidas são visíveis ao longo da estrada Cabo Frio-Búzios.

Werneck (1997) relata que o surto desenvolvimentista da cidade se dá com a construção das casas de veraneio, pertencentes a burguesia carioca, paulista e mineira, que proporcionaram aos locais próximos ao centro da cidade serviços públicos como a eletricidade, água e telefone, apesar de falho. Depois da chegada da burguesia, deu-se então a chegada da classe média carioca brasileira, turistas argentinos e outros estrangeiros, que vinham com o intuito de morar e abrir um negócio na Armação, outros com o intuito apenas de encontrar e ocupar terras irregulares em bairros mais distantes. O turismo estimulou a economia da região e formou uma ativa classe média que impulsionou os meios locais de comunicação de massa, como rádio, televisão e jornal.

A burguesia insatisfeita com falta de atuação política na região e o tratamento depreciativo que recebiam do poder executivo e legislativo de Cabo Frio, principalmente pela falta de repasse em obras públicas, da parte que corresponde os *royalties* de petróleo e gás, cuja exploração era

realizada em parte no 3º distrito, incentivaram movimentos emancipacionistas depois de tomar como exemplo o processo de emancipação do 4º distrito, Arraial do Cabo, e depois das péssimas administrações municipais nos períodos de 1983 a 1992.

Sabendo tirar proveito da colaboração do prefeito municipal (1993–1996) e do governador estadual (1995–1998) para abjugar Armação dos Búzios de Cabo Frio, o movimento iniciado no fim da década de 80 conseguiu em 1995 através de voto democrático, emancipar o distrito que teve subsequentemente eleição para prefeito e vereadores no ano seguinte.

2.2. Comunidades tradicionais: memória, dilemas e desafios

As comunidades tradicionais são as grandes definidoras culturais de uma região; elas tecem a história, crença, atividade, cultura e economia do local e são também mantenedoras dela. E a preservação patrimonial material e imaterial desses povos, que se dá através da transmissão de saberes e fazeres de geração a geração, é símbolo de resistência e influência na luta de outras comunidades que carregam as mesmas características e tradições.

Segundo Diegues e Arruda (2001), o conceito de cultura tradicional está diretamente ligado à cultura distinta de outras noções de território e espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente. Tal fato demonstra a importância da historicidade para a definição do modo de vida. Nesse contexto, o companheirismo se referiria também ao reconhecimento entre os membros como pares. Para tanto, ressaltamos os pressupostos de Diegues e Arruda (2001), os quais determinam alguns pontos para que se considere uma comunidade como comunidade tradicional. Entre eles ressaltamos os pontos abaixo:

1. A relação direta com a natureza, com a territorialidade, recursos naturais e desenvolvimento do modo de vida.
2. O conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos para que haja estratégias tanto do uso quanto do manejo dos recursos naturais. Além disso, o conhecimento acumulado é transferido pela oralidade de geração em geração.
3. A noção de território, espaço no qual o grupo social, a comunidade se mantém se reproduzem tanto economicamente quanto socialmente.

4. Outro fator é a moradia e a própria ocupação do território por várias gerações, mesmo que alguns de seus membros tenham se deslocado, migrado para outros espaços e regressado para o lugar de seus antepassados.
5. A importância da atividade de subsistência, ainda que a produção possa ser considerada mais ou menos desenvolvida implicando a sua relação mercadológica.
6. Outro ponto fundamental é a relevância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco, compadrio e companheirismo para realização de atividades econômicas, sociais e culturais.
7. A forma pela qual são executadas tais tarefas, que geralmente são simples, com impacto limitado sobre o meio ambiente propriamente dito. Além disso, há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho sobressaindo o artesanal.
8. E ainda, temos como fator a autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a essa cultura compartilhando o modo de vida e seus traços culturais.

A definição das comunidades tradicionais que no percorrer da história interagem com a natureza e com os costumes repassados de geração em geração, como as pesqueiras e quilombolas, possibilita a compreensão do sentido de preservação, ao tentarem dar continuidade às tradições recebidas dos antepassados, mesmo com ressignificações e reinterpretações. Para isso, percebemos o uso de narrativas por meio da oralidade. Tais narrativas são definidoras de um riquíssimo sistema simbólico e, assim, de modos de vida e são constituintes da memória social e coletiva. Essa, por sua vez, retorna a um lugar remoto no tempo vivido rompendo o esquecimento dando, então, espaço à vida e às lembranças “recontadas”, constituindo uma colcha de retalhos confeccionada por todos os membros envolvidos na comunidade. Por isso, essas estão sendo vistas nas últimas décadas sob uma nova perspectiva pelos cientistas sociais, historiadores, pelo poder público e segmentos da sociedade, em geral.

De acordo com Certeau (2000), os saberes tradicionais se constroem e se reconstróem todos os dias por indivíduos comuns e que são os fios condutores da historicidade e sobrevivência da própria comunidade. É evidente o papel do homem simples como membro detentor de identidade própria e coletiva, mas que também deve ser reconhecido e respeitado pelos agentes externos e inseridos no contexto nacional como pro-

dutores de conhecimentos e mantenedores de tradição do modo de vida desenvolvido. Logo, percebemos que há necessidade da continuidade das tradições através da oralidade e símbolos formadores da identidade. Diante desse fato, é importante salientar que a formação e redefinição da identidade cultural de resistência, especificamente, acontecem a todo instante e constroem-se conforme as forças do local e a interferência das tradições. Ou seja, vão sendo “reconstruídas” dentro das comunidades tradicionais. Nesse contexto, Braga (2000) contribui para nossa reflexão ao afirmar que:

O homem nasce totalmente dependente das condições históricas e suas funções intelectuais e comportamentos relacionados se desenvolvem na medida da sua interação com o outro, da sua inserção na cultura. Essa inserção na cultura constitui a complexificação da vida do homem, a qual estabelece sobre duas bases: o uso do instrumento e o uso do signo. No homem, a memória está ligada ao uso dos signos que é produtos de sua interação social. (BRAGA, 2000, p. 82)

Sendo assim, compreendemos que num primeiro momento, até como forma de sobrevivência, os laços comunitários são firmados tanto subjetiva quanto objetivamente. A convivência entre os atores sociais foi “obrigada” pelo contexto político, geográfico, histórico, da mesma forma que há a formação de sua consciência social. Tais contextos geram condições históricas determinadas. Consequentemente, quando refletimos no que concerne às comunidades tradicionais há a constituição de uma gama identitária e cultural complexa. Tais identidades definem os instrumentos, signos e universos simbólicos das mesmas. Portanto, ao longo da história de construção do povo brasileiro, especificamente, há diferentes culturas, e por conseguinte, diferentes identidades de resistência e de projetos que definem as tradições e modos de vida das mais diversas comunidades tradicionais.

Assim sendo, constatamos que no município de Armação dos Búzios encontra-se a comunidade remanescente de quilombo da Rasa que se deu pelo fluxo de negros escravizados fugidos da fazenda Campos Novos localizada no segundo distrito de Cabo Frio. Uma parte das pessoas que compõe essa comunidade também pertence a outra comunidade, que é a pesqueira, que sofreu e vem sofrendo um apartheid social e urbano em relação a parte peninsular de Armação dos Búzios que se dá pela falta de inclusão histórica e territorial, os relacionando apenas com o quilombo e não com a prática pesqueira geral, prática essa realizada pela comunidade localizada no centro que tem mais visibilidade. Como explicita a frase dita por muitos buzianos que moram em bairros continentais “Búzios?

Búzios é do pórtico pra lá” afirma a segregação espacial que se deu ao longo dos anos e se perpetua até hoje.

Xavier (2006), em sua releitura acerca do processo de construção e imagem da cidade de Armação dos Búzios, entre 1964 e 2005, afirma que essa segregação espacial advém da construção identitária que com a chegada do turismo na cidade passa a se diferenciar de Cabo Frio, que tinha seu turismo voltado ao turismo de massa e começa a esculpir um turismo etilizado e internacional e que, por consequência desse processo de configuração, passa a induzir essa elite a compor uma nova comunidade, com novos moradores em suas casas de veraneio que eram construídas na parte peninsular. Essa seleção social, de caráter elitista, invisibilizou as comunidades dos bairros da Rasa, Baía Formosa, José Gonçalves, entre outros que não representava o ideário construído em cima da cidade de Armação dos Búzios a qual projetou sua identidade como uma cidade chique, voltada apenas para o turismo seletivo.

É a partir da década de 70, com a construção da ponte Rio-Niterói que o fluxo migratório elitista chegou ao balneário, carregando consigo a especulação imobiliária que pressionou economicamente os antigos moradores peninsulares a venderem seus lotes de terra a um preço baixo e migrar para área continental, principalmente para o bairro da Rasa, isso adicionado a migração de muitas pessoas que buscavam trabalho e não tinham condições de morar próximo a península que eram atraídos pela projeção identitária da cidade.

Carvalho (2015) afirma que ao longo da década de 70 o bairro da Rasa passa a compor variados grupos imigratórios, um deles advinham da região Norte Fluminense, com destaque para Campos dos Goytacazes com o objetivo de obter novas oportunidades de trabalho em razão do turismo elitista predominante. Outra região de destaque é o Nordeste, que teve sua migração dada pela atratividade da construção civil na península, que foi motivada por sua vez pelo turismo.

O *apartheid* sócio-espacial da população dos bairros continentais se intensifica ainda mais na década de 90 com a migração descontrolada e se ratifica com a indiferença da prefeitura para com esses bairros, dando legitimidade ao corte racial entre a zona peninsular e continental da cidade com o marco de sua segregação na construção de um prédio intitulado “Pórtico de Búzios”. Isolando, dividindo e invisibilizando a população buziana habitante dos bairros próximo a área continental, consen-

tindo com a fragmentação espacial e reproduzindo e legitimando as desigualdades sociais.

2.3. A relevância da memória coletiva para comunidades tradicionais

Segundo os pressupostos de Beger & Luckmann (1985), a identidade é construída mediante a relação do indivíduo e sociedade, de forma menor, em nosso caso, a relação indivíduo e comunidade e quando comungada com os outros membros e dotada de sentido e representações sociais, ela ultrapassa o cerco individual e torna-se parte do que representa o coletivo. Isso se deve ao fato da identidade ser um “produto” social e ter elementos da realidade social. Tais elementos, por sua vez, são formados pelos sistemas simbólicos determinantes mediados pela narrativa naquela comunidade tradicional. Nossa argumentação condiz com a percepção de Montenegro (2012) quando afirma que:

Nesse sentido, a etnia, a língua, a história, a arquitetura, as formas de manejo dos recursos naturais, as festas e a religiosidade popular, a cozinha ou a música, seriam qualidades de um território que permitiriam construir uma imagem de marca específica, capaz de atrair certo tipo de consumidor disposto a pagar por esse diferencial cultural e melhorar a capacidade que um território teria de competir em mercados dinâmicos globais. (MONTENEGRO, 2012, p. 170)

A forma de mediá-los se dá pela constituição da memória social e coletiva, a qual propicia que sejam compartilhados pelos membros da comunidade. São os atores sociais envolvidos nas circunstâncias sócio-históricas que dão motivos para a sua existência, manutenção quando não há alterações na significação de tais elementos. Isso acontece quando é perceptível a necessidade de mudança na realidade social vivenciada.

Ou seja, objetiva-se favorecer a sobrevivência dessa comunidade resignificando a identidade cultural de resistência e de projetos, edificando o contexto de justiça social, diante do que Montenegro (2012) definiu na citação como “mercados dinâmicos globais”. O fato é que a interação social é vivenciada nesta realidade social, a qual é empiricamente acessível na vida cotidiana na relação indivíduo, comunidade e local (territorialidade). Seria nessa relação que se encontram o sentido, significado e representações para a sua mobilização e continuidade, os quais estariam apoiados na construção da Identidade cultural e suas particularidades.

Dessa forma, as comunidades tradicionais são compostas de identidades culturais coletivas. Isso significa dizer que há uma gama de identidades fragmentadas que são fundamentais para a relação entre as comunidades, as suas particularidades sócio-histórico-culturais e a sua territorialidade (espaço geográfico), ou seja, o meio ambiente em que vive. Tal fato permite, então, que haja a significação e ressignificação do que define a comunidade e seus membros, por meio da autodefinição pelos atributos culturais. Nesse contexto, Castells (1999, p. 22) afirma que “(...) entendendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados os quais prevalecem sobre outras fontes de significado”. Sendo assim, essas particularidades são formadas por um conjunto de atributos culturais que funcionam por meio da interrelação entre os mesmos. Isso permite aos indivíduos identificar-se da mesma forma que diferenciar-se das demais, já que esses pontos estão repletos de elementos simbólicos e materiais que são definidores do modo de vida e de sua organização. Mas, vale ressaltar que essas comunidades vivenciam conflitos latentes aos serem expostas aos novos desafios e mudanças resultantes da própria dinâmica social e da territorialidade.

3. *Considerações finais*

A formação histórica de Armação dos Búzios se deu de uma forma extensa, conturbada e complexa, com muitas invasões, lutas, mortes, exploração e escravidão. E toda essa construção se dá anterior ao turismo que de forma sutil segue invisibilizando os povos remanescentes e sua cultura através da segregação gerada pela especulação imobiliária na região, pela construção de locais que demarcam as áreas elitistas e periféricas, reproduzem e reafirmam através do poder simbólico as formas culturais, econômicas, sociais e os saberes e fazeres da classe dominante.

Ao pensarmos nas comunidades tradicionais encontramos nelas tais especificidades que nos permitem reconhecê-las e defini-las. Como podemos observar, existe todo um parâmetro para que tais comunidades tradicionais sejam consideradas como tais tendo, então, a dinâmica da tradição, a autodefinição (autoidentificação) e a imbricação entre identidade e territorialidade como pontos fundamentais, por exemplos, o quilombola, ribeirinha, indígenas e pesqueiras. Dessa forma, a historicidade e os atributos culturais da comunidade fazem com que os membros se

reconheçam entre si e se autorreconheçam e, assim, sejam parte integrante da manutenção e reinvenção do seu modo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição da memória*: uma perspectiva histórico cultural. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A reprodução*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

CANDAUI, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Marcio Werneck da; CHAVES, Chrisiane Paiva. *Armação dos Búzios*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2002.

_____. *Búzios*: Armação Histórica. (Resumo dos ensaios sobre geografia, pré-história e história do Município de Armação dos Búzios). 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*: a cultura

popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992, Coleção Caminhos da História.

MONTENEGRO, JORGE. Povos e comunidades tradicionais desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 6, n. 1, p. 163-74, 2012, João Pessoa-PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições, 2002, v. 23, n. 78, p. 1-22, São Paulo: Educação e Sociedade, 2002/04. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.

SAMAIN, Etienne. O fotográfico. 3. ed. São Paulo: Senac, 2005.

XAVIER, Marina de Aquino. BÚZIOS: Estética, poder e território. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

Outra fonte:

Acervo Márcio Werneck. Disponível em: <https://acervomarciowerneck.com.br/artigos/buzios/pre-historia-armacao-dos-buzios>; <https://acervo.marciowerneck.com.br/artigos/buzios/historia-de-armacao-dos-buzios>.